



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

REQUERIMENTO N.º , DE 2017.

(Da Senhora Flávia Morais)

Requer a realização de Seminário Conjunto com Comissões Permanentes desta Casa, para debater o tema “Saúde como Direito Humano”.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Seminário, no âmbito desta Comissão de Legislativa Participativa, com a finalidade de debater a “Saúde como Direito Humano”, em conjunto com as Comissões de: Desenvolvimento Urbano (CDU); Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Seguridade Social e Família (CSSF); Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Serão convidados para o evento, representantes do Ministério Público, de órgãos governamentais ligados ao tema, da sociedade civil e da academia.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O Direito à saúde caracteriza-se como um direito fundamental da pessoa humana. A Constituição Brasileira de 1988 positivou esse benefício que deve ser garantido pelo estado mediante políticas sociais e econômicas. O direito à saúde consiste também na promoção e proteção do bem estar mental, físico e social dos cidadãos, pelos serviços públicos de acesso universal e com equidade, com vistas a reduzir os riscos de enfermidades, epidemias e outros agravos.

No início do ano de 2016, pesquisa realizada pelo Ipea indicou que o principal problema de 58% dos brasileiros que procuram atendimento na rede pública é a falta de médicos. Mostrou também quem em torno de 700 municípios não possuem um único profissional de saúde. Em outros 1,9 mil municípios, 3 mil candidatos a paciente disputam a atenção estatística de menos de um médico por pessoa.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Considerando que a prevenção de doenças custa mais barato para o SUS - uma vez que reduz os gastos com tratamento e internações – é mais sensato proporcionar acesso médico à população.

Tendo em vista, ainda, que a saúde individual e coletiva são determinadas pelos aspectos sociais aos quais as pessoas estão sujeitas, para melhorar a qualidade de vida e os indicadores de saúde, o Brasil precisa seguir um modelo de desenvolvimento que proporcione: o crescimento econômico integrado ao desenvolvimento nacional; o emprego e o combate às desigualdades de renda; políticas de proteção social e de saúde para o Brasil, investimentos em habitação, saneamento e transporte público; a preservação do ambiente e o manejo sustentável dos recursos naturais; a produção de alimentos saudáveis, e o acesso universal a serviços públicos de qualidade de saúde, educação, previdência e assistência social.

Assim, considerando os motivos expostos, e diante do déficit de assistência à saúde que o país se encontra e também pela urgência em melhorar o atendimento médico na rede pública é de suma importância a realização do Seminário, com vistas a buscar ações que melhorem o caos que se encontra a saúde pública nas diversas regiões brasileiras.

Sala da Comissão, em 2 de agosto de 2017.

**Deputada FLÁVIA MORAIS
PDT/GO**